

2008 - Votos nulos e brancos entre os «vencedores»

Votos nulos e brancos entre os «vencedores»

por: Eugénio Costa Almeida©

A Comissão Nacional Eleitoral (CNE) já confirmou a vitória do MPLA nas Legislativas angolanas de 5 de Setembro. Até aqui tudo bem, até porque a Oposição, primeiro que os próprios vencedores que souberam, politicamente, estar a recato e não embandeirar em arco como se fosse o mais natural – ou talvez fosse – já tinham reconhecido a derrota.

Mas o que já não é compreensível é que a CNE não diga, com clareza, qual foi a abstenção – pelos números apresentados infere-se que terá andado próximo dos 25% a 28% de abstenção – e quantos deputados os partidos obtiveram.

É certo que se nos debruçarmos sobre o livro de Jorge Castelo David, “Dicionário de Administração Eleitoral” (que honrosamente o autor me solicitou prefaciasse – mas que ainda está, estranhamente e há tantas semanas, no prelo) temos a certeza que saberemos, com um erro muito ínfimo, quantos deputados cada uma das forças políticas ao pleito eleitoral ganhou.

Mas não nos cabe a nós dizê-lo mas tão-só à CNE mesmo antes dos resultados serem confirmados pelo Tribunal Constitucional.

Há números que não metem. Podem estar ligeiramente incorrectos, mas não falham! E a CNE, neste caso, está a falhar ao não indicar quais os deputados que coube a cada força política, quer a nível provincial, quer a nível nacional.

É certo que o número de reclamações pode alterar a distribuição. Mas não deverá ser mais que um ou dois deputados.

Preocupante, e que os partidos terão de analisar com muita ponderação, foram os votos nulos – aqui poderá ter estado em causa um dos alertas feitos pela CNE quanto à dobragem dos votos se escritos com canetas de feltro ou permanentes, isto é, a passagem de uma marca para outro quadrado ao dobrarem, o que torna exigível a colocação futura de esferográficas (presas) nas secções de voto – e brancos cujo somatório os tornou na terceira força política, muito próximo da UNITA.

Acabaram as eleições viva o poder e a governação.

Ao MPLA cabe a responsabilidade de governar e cumprir com as suas promessas eleitorais, algumas das quais pelo seu ineditismo e perigosidade eleitoral muito dificilmente serão possíveis de serem cumpridas sob pena de criarem demasiados anticorpos dentro do próprio partido. Mas se nos lembrarmos que quem o divulgou foi o seu primeiro candidato e ainda presidente da República mais problemas o MPLA irá ter para o cumprir.

Caberá a insípida – e única culpada do resultado – Oposição e à opinião pública – que não pode ser, ainda, aquela que navega nos media nacionais oficiais, os media do “yes men”, – tentar obrigar o partido governamental cumprir com as suas promessas nos próximos 4 anos tal como se apresentou ao eleitorado.

O outro dos problemas será, precisamente, procurar dar mais liberdade aos media oficiais e maior abertura constitucional para o aparecimento de outros órgãos que possam dar livre expressão à opinião pública que não se identifica com o MPLA. Só não vê quem não quer ou quem tem má-vontade.

Quem ouviu e leu os media oficiais percebeu claramente que fizeram um grande “frete” ao MPLA e vergastaram com uma acutilância só reconhecíveis em países autocráticos os partidos oposicionistas.

O MPLA tem de alterar isto sob pena de perder totalmente a credibilidade. Nem sempre os apoiantes externos estão no poder para acoitar algumas situações menos claras. O petróleo não será o manancial inesgotável que permite ao MPLA manter a pressão económica sobre o exterior, nem os países ocidentais estão em condições de manter calada a Opinião Pública interna quanto às vantagens de encobrir certas anomalias ocorridas nas eleições.

A necessidade de não aparecer um novo Zimbabué na região e o facto deste país ainda estar sob pressão dos holofotes externos aliado ao facto de Angola ter um dos maiores crescimentos económicos no Mundo, o que não se passa com o resto do planeta, permitiu que as eleições não fossem mais escrutinadas.

O MPLA não pode esquecer que no próximo ano vai haver eleições presidenciais e que deve garantir um candidato que não esteja a ser questionado, e constantemente, nos tribunais europeus. A Opinião Pública europeia anda muito atenta a certos desvios e a certas movimentações financeiras além de ser uma Opinião Pública pouco dada a se calar só porque o Poder assim o quer. Bem pelo contrário e sempre pelo contrário.

Também caberá à Oposição saber ler os resultados legislativos e decidir se quer ir, cada um de per si, às presidenciais ou

juntar-se e apresentar um candidato credível que possa fazer frente ao candidato do MPLA.

Bom seria que os dois topos do Poder fossem de sectores diferentes para se poderem continuamente perscrutar a bem dos interesses de Angola e daqueles que ainda nada têm.

Mas se os angolanos, no alto da sua sabedoria, souberam o que quiseram para as Legislativas, também saberão o que vão querer nas Presidenciais. Apesar da barriga vazia e da falta de intelectualidade, os angolanos não são parvos e, por certo, souberam ponderar o que melhor seria para eles!10/Set/2008©Publicado no Notícias Lusófonas, na rubrica "Manchete", em 28.Agosto.2008,
(<http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=21492&catogory=Manchete>)